



A Educação Ambiental no Ecoturismo e no Turismo de Aventura: estudo de caso do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia (SP)

Environmental Education in Ecotourism and Adventure Tourism: case study of Serra do Mar State Park, Santa Virgínia Nucleus (SP, Brazil)

Renato Bacchi, Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, Zysman Neiman

RESUMO

O presente estudo foi realizado no Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia (SP), local de grandes atrativos ecoturísticos, sendo sua visitação voltada para as trilhas e o *rafting*, prática que ocorre no Rio Paraibuna com o uso de botes. Visitantes são acompanhados por monitores, ambiente propício para a realização de um estudo de caso que busca analisar quanti-qualitativamente a Educação Ambiental no ecoturismo e no turismo de aventura. Questionários foram aplicados aos turistas, entrevistas semiestruturadas aos monitores ambientais, à operadora de *rafting* que atua no local ao gestor da unidade. Foi realizada observação participante nas trilhas e no *rafting*. Verificou-se que a grande maioria dos visitantes está aberta à Educação Ambiental, a praticar o ecoturismo para ter contato com a natureza e aprender algo novo. Percebeu-se que existe um esforço da gestão do Núcleo Santa Virgínia, e dos monitores para realizar a prática educativa, porém ainda não há uma definição clara por parte destes do que seria a Educação Ambiental. A falta de discussão sobre o tema e a não percepção dos potenciais e limitações da Educação Ambiental no ecoturismo local pode levar a esforços que não gerem as transformações desejadas, apesar do potencial intrínseco do ambiente natural em proporcionar mudanças de visão e atitudes individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Educação Ambiental; Parque Estadual da Serra do Mar; Núcleo Santa Virgínia; Estudo de Caso.

ABSTRACT

This study was conducted in Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia - SP, site of major ecotourism attractions, being the visitation oriented for trekking and rafting, a practice that occurs in Rio Paraibuna, using boats. Visitors are accompanied by monitors, a favorable environment for the conduct of a case study that seeks to analyze quantitative and qualitative the environmental education in ecotourism and adventure tourism. Questionnaires were applied to tourists, semistructured interviews to environmental monitors, rafting operator and the manager of the conservation unit. Participant observations on the trails and rafting were done. The vast majority of visitors is open for environmental education, to practice ecotourism to have contact with nature and learn something new. It was noticed that there is an effort of the management of Santa Virgínia, and monitors to conduct educational practice during the tours, but there is still no clear definition on the part of those about what would be environmental education. The lack of discussion on the subject and the no perception of the potential and the limitations of environmental education in local ecotourism can lead to efforts that do not generate the desired transformations, despite the intrinsic potential of the natural environment to provide changes in view and in individual attitudes.

KEYWORDS: Ecotourism; Environmental education; Parque Estadual da Serra do Mar; Núcleo Santa Virgínia; Case Study.

Introdução

As origens do termo ecoturismo não são muito claras, entretanto, foi Hetzer (1965, apud BLAMEY 2001, p. 5) quem aparentemente identificou os quatro pilares do turismo responsável: minimizar o impacto ambiental, respeitar a cultura local, maximizar os benefícios para a população anfitriã e potencializar a satisfação do turista. Ainda segundo Blamey (2001), a primeira definição formal geralmente é creditada ao Ceballos-Lascuráin, o qual definiu que

Ecoturismo é viajar para áreas naturais conservadas e não perturbadas com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem e suas plantas e animais, assim como quaisquer outras manifestações culturais - passadas e presentes - nestas áreas encontradas (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1987, apud BLAMEY, 2001, p. 5.).

Nas diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, pela EMBRATUR e Ministério do Meio Ambiente do Brasil, o ecoturismo foi conceituado como

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural, cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (BRASIL, 2008b; p.16).

Na Agenda 21¹ o ecoturismo é apontado como uma prática conservacionista, comprometida com a natureza, com a responsabilidade social e com o desenvolvimento local (BRASIL, 2008b). Entretanto, o desenvolvimento do setor, desacompanhado de um planejamento adequado pode trazer mais impactos negativos do que positivos para os locais onde ocorre. Na ótica do mercado, a natureza acaba virando mais um produto, podendo ser vendido e consumido. O ecoturismo pode conduzir à conservação dos recursos naturais e à melhoria da qualidade de vida da população local. Entretanto isso só ocorrerá quando a atividade for conduzida respeitando as características, fragilidades e limites socioambientais da área determinada e, sobretudo, permeada por ações efetivas de Educação Ambiental (RAMOS; OLIVEIRA, 2008). Caso essas ações de Educação Ambiental não estejam presentes e a visitação ao espaço natural não for comprometida com uma transformação do indivíduo e da relação deste com o meio, seria melhor não estimular tais visitas, poupando o ambiente de possíveis impactos negativos (MENDONÇA, 2005).

Em 1999 foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) prevendo-se que a sociedade como um todo tem direito à Educação Ambiental, mencionando-se que o ecoturismo deve ser incentivado como uma das formas de Educação Ambiental não-formal. De acordo com o PNEA, a Educação Ambiental não-formal são ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 2005). Ainda, de acordo com as Linhas de Ação e as Estratégias do Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, deve-se proporcionar o

Estímulo e apoio à inserção da Educação Ambiental nas práticas de ecoturismo, visando garantir a sustentabilidade social, ecológica e econômica das comunidades receptoras e proporcionando uma interação adequada dos turistas com os ecossistemas locais (BRASIL, 2005, p. 44).

Dentre os diversos princípios do ProNEA, abaixo foram destacados aqueles que se adequam integralmente às atividades ecoturísticas:

- Conceção de ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência sistêmica entre o meio natural e o construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob enfoque da sustentabilidade.
- Abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais, transfronteiriças e globais.
- Reconhecimento da diversidade cultural, étnica, racial, genética, de espécies e de ecossistemas.
- Democratização na produção e divulgação de conhecimento e fomento à interatividade na informação (BRASIL, 2005).

A Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (ENCEA) também apresenta princípios e diretrizes importantes para serem implementadas no ecoturismo.

Tendo com referências todos esses documentos, infere-se a importância do ecoturismo como uma ferramenta de Educação Ambiental. A atividade em questão possui em sua essência uma capacidade educativa e de tomada de consciência, pois possibilita a visualização de questões que passam despercebidas durante o dia-a-dia. Ao retornar ao seu local de origem o turista está mais consciente dos problemas socioambientais não só da região visitada, mas também dos da sua própria comunidade (FIGURELLI; PORTO, 2008).

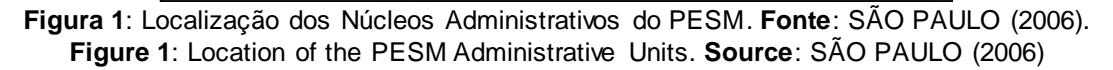
Pode-se notar então a importância que as visitas a locais conservados têm para a Educação Ambiental, assim como o valor desta para o ecoturismo. Entretanto, o crescimento de tal atividade não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento da prática educativa (HINTZE, 2008).

A Educação Ambiental é, muitas vezes, confundida com aulas de Ecologia ministradas no campo (FARIA; GARCIA, 2002), sendo que suas ações não devem se limitar apenas a algumas informações em relação aos aspectos do meio físico, e sim, compor o processo cognitivo dos sujeitos (RAMOS; OLIVEIRA, 2008). É necessário que haja informação e sensibilização (talvez a fase mais importante) de forma articulada durante o processo (NEIMAN; RABINOVICI, 2002).

Este estudo tem como objetivo principal realizar uma análise quanti-qualitativa a Educação Ambiental que ocorre durante atividades de turismo de aventura e de ecoturismo no Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia, SP. O propósito é obter um conjunto de informações importantes que contribuirão para uma melhor compreensão do papel da Educação Ambiental no segmento ecoturístico.

Área de estudo

O Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), com sede em São Luiz do Paraitinga, São Paulo (Figura 1), abrange 17.500 ha de área, apresentando a beleza cênica de suas matas, composta principalmente por floresta ombrófila densa montana e alto montana (SÃO PAULO, 2006), além de rios e montanhas, características que atraem diversos turistas e estudantes. Para visitar o Núcleo é necessário que haja um agendamento prévio e os grupos são acompanhados por monitores. Além das visitas motivadas pela contemplação à natureza, estudos e caminhadas, existe também o *rafting*, o qual é realizado por operadoras privadas, através de autorização da Fundação Florestal.



Metodologia

Primeiramente realizou-se uma análise documental (LUDKE; ANDRÉ, 1986) do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (ENCEA) e de outros documentos e pesquisas significativas na área. Também foram analisadas as vertentes da Educação Ambiental e suas relações com o ecoturismo local. Em um segundo momento dados quantitativos (MYNAYO, 2003) e qualitativos foram coletados em campo (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Os questionários tiveram como objetivos principais compreender o que o turista busca em um passeio que mestra o ecoturismo e a aventura, o que entende por Educação Ambiental e se na avaliação dele houve ações educativas no passeio realizado.

Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.10, n.2, mai-jul 2017, pp. 498-524. **502**

semiestruturadas foram realizadas com o gestor da Unidade, um responsável pela operadora de *rafting* e os monitores locais. Buscou-se compreender o embasamento, as ações e o entendimento da Educação Ambiental e do ecoturismo do Núcleo Santa Virgínia.

A observação participante foi realizada durante os passeios guiados e as descidas de *rafting*. Na observação participante o pesquisador torna-se parte da situação a observar (BARÃO *et al.*, 2004/2005), chegando-se ao conhecimento do grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 1999).

Os dados quantitativos coletados por meio dos questionários foram quantificados, tabulados, expressos sob a forma de tabelas e gráficos e categorizados (GIL, 1999). Em seguida, foram estabelecidas articulações entre as informações coletadas pelo pesquisador através das entrevistas, das observações, dos questionários e o referencial teórico do estudo (YIN, 2005).

Resultados

Observações

Entre janeiro e maio de 2012 foi realizada uma descida de *rafting* e cinco trilhas do Núcleo Santa Virgínia com o objetivo de observar a Educação Ambiental nas atividades do local. Cada trilha aberta para visitação foi percorrida pelo menos uma vez com um grupo de ecoturistas. Somente a trilha do Ipiranga não foi observada, pois não houve agendamento de visitantes durante o período da pesquisa.

No início de todas as trilhas sempre havia uma breve apresentação do local e da trilha a ser realizada, abordando-se principalmente a região e a segurança na caminhada. As placas informativas (Figura 2) se mostraram de grande utilidade, tanto para ajudar na explicação, como para atizar a curiosidade dos visitantes. Os monitores iam percebendo o interesse e a dinâmica de cada grupo, fazendo mais, ou menos paradas, conversando sobre diversos assuntos. O deslumbramento com as paisagens, admiração pela fauna e flora foram notados em todos os grupos.



Figura 2: Placas informativas. **Foto:** Renato Bacchi (2012).
Figure 2: Information boards. **Photo:** Renato Bacchi (2012).

Observações rafting

O *rafting* no Núcleo Santa Virgínia é realizado no rio Paraibuna, com 12,43km de percurso (PEREIRA, 2011). Antes de entrar na água, o guia faz uma explanação sobre o Parque Estadual da Serra do Mar, sobre a região, sobre o rio Paraibuna, seu estado de conservação e sua importância. Em seguida passa as instruções sobre a atividade em si e sobre a segurança. Os visitantes aproveitavam os trechos de calmaria para relaxar, soando um momento ideal para observar a natureza, a beleza da mata e para o guia conversar com os turistas sobre o local. O *rafting* termina em um terreno particular, onde um ônibus aguarda para levar os visitantes de volta até o ponto de encontro.

Caracterização dos visitantes das trilhas e dos participantes do rafting

Foram aplicados 229 questionários no período de janeiro a abril de 2012. Destes, 72 foram respondidos pelos praticantes de *rafting* e 157 pelos visitantes das trilhas.

A maioria dos visitantes das trilhas são originários da região metropolitana de São Paulo, 48% e do Vale do Paraíba, 36%, sendo 165 de outras regiões e estados. 56% têm nível superior completo, 33% ensino médio, 8% pós-graduação e 3% ensino fundamental. A faixa etária dos visitantes se encontra entre 18 e 70 anos de idade, sendo que 81,4% destes se encontram na faixa etária dos 18 aos 44 anos.

Entre os participantes do *rafting*, 46% são originários da Grande São Paulo, 39% do Vale do Paraíba e 15% de outras regiões e estados. A grande maioria, 58%, têm nível superior completo, 32% tem ensino médio, 8% pós-graduação e 2% ensino médio. A faixa etária dos participantes vai de 18 a 54 anos, sendo que 86% destes se encontram na faixa de 18 a 39 anos.

Motivações para a prática do ecoturismo e do turismo de aventura

O grande número de ecoturistas oriundos dos centros urbanos reafirmam as ideias de Machado (2006), Mendonça (2005) e Schwartz (2006), que apontam o estilo de vida nas cidades, afastados do meio natural, como um dos principais motivos para a busca e o reencontro com a natureza. Os resultados mostrando 35% das respostas dos participantes do *rafting* (Tabela 1) e 22,4% das respostas dos visitantes das trilhas (Tabela 2) apontando que o principal motivo para se realizar o ecoturismo é o contato com a natureza, vêm corroborar com tais ideias.

Tabela 1: Motivação dos participantes do *rafting* para a prática do ecoturismo.

Table 1: Motivation of rafting participants to practice ecotourism.

O que você busca em um passeio de ecoturismo?		
contato com a natureza	48	35,0%
atividade física, esportes radicais, aventura	24	17,5%
aprendizado, conhecimento (ambiental, histórico e cultural)	13	9,5%
beleza, paisagem	9	7%
diversão, lazer	7	5,1%
sensações, emoções	6	4,4%
tranquilidade, paz	5	3,6%
fuga da cidade, rotina	4	2,9%
renovar as energias, reflexão	3	2,2%
conhecer, incentivar as unidades de conservação, novo ambientes	3	2,2%
preservação	2	1,5%
educação ambiental	2	1,5%
vivência no meio natural	2	1,5%
integração com outras pessoas, amizades	2	1,5%
experiência	2	1,5%
fotografia	2	1,5%
saúde, qualidade de vida	1	0,7%
lugares limpos	1	0,7%
infraestrutura básica	1	0,7%
TOTAL	137	100%

Tabela 2: Motivação dos visitantes das trilhas para a prática do ecoturismo.

Table 2: Motivation of the visitors of the trails for the ecotourism practice.

O que você busca em um passeio de ecoturismo?		
natureza	74	22,4%
aprendizado, conhecimento (ambiental, histórico e cultural)	51	15,4%
atividade física, esportes radicais	33	10,0%
beleza, paisagem	25	7,6%
Tranquilidade, paz	25	7,6%
diversão, lazer	24	7,3%
vivência no meio natural	18	5,4%
fuga da cidade, rotina	14	4,2%
renovar as energias, reflexão	12	3,6%
conhecer, incentivar as unidades de conservação, novo ambientes	12	3,6%
preservação	8	2,4%
saúde, qualidade de vida	8	2,4%
ar puro	7	2,1%
cachoeiras	6	1,8%
educação ambiental	4	1,2%
integração com outras pessoas	4	1,2%
fotografias	2	0,6%
infraestrutura, segurança, monitoria	2	0,6%
contar para outras pessoas	1	0,3%
animais	1	0,3%
TOTAL	331	100%

Avaliação da Educação Ambiental durante as atividades

O grau de escolaridade dos entrevistados pode ajudar a explicar porque 99% dos participantes do *rafting* e 98% dos visitantes das trilhas responderam que deve existir Educação Ambiental no ecoturismo e no turismo de aventura (Tabelas 3 e 4). O público com a escolaridade de nível superior tende a aceitar melhor os programas educativos nas áreas protegidas (BARROS; MAGRO, 2004). O próprio perfil do ecoturista em geral pode explicar tais resultados, pois uma das características desse grupo de turista é o desejo de contribuir para a conservação do meio ambiente (BRASIL, 2008b).

Tabela 3: Opinião dos participantes do *rafting* sobre a Educação Ambiental no ecoturismo.
Table 3: Participants' opinions about rafting on Environmental Education in ecotourism.

Deve existir Educação Ambiental durante um passeio de ecoturismo?		
sim	71	99%
não	1	1%
não respondeu	0	0%
TOTAL	72	100%

Tabela 4: Opinião dos visitantes das trilhas sobre a Educação Ambiental no ecoturismo.
Table 4: Visitors' views of the trails on Environmental Education in ecotourism.

Deve existir Educação Ambiental durante um passeio de ecoturismo?		
sim	154	98%
não	0	0%
não respondeu	3	2%
TOTAL	157	100%

O nível de escolaridade dos visitantes, a característica geral dos ecoturistas e o novo discurso sobre sustentabilidade também podem ajudar a explicar porque 9,5% das respostas dos participantes do *rafting* e 15,4% das respostas dos visitantes das trilhas (Tabelas 1 e 2) apontaram a vontade de ter algum tipo de aprendizado sobre o local da atividade como o segundo e o terceiro fator respectivamente que motivam as pessoas a realizarem o ecoturismo e o turismo de aventura.

Independente das razões que levaram os visitantes à aceitação da Educação Ambiental, tais respostas mostram que o entendimento dos responsáveis pelas agências de ecoturismo, obtidos nos estudos de Hintze (2008), alegando que não fazem Educação Ambiental durante os passeios por ser considerado algo “chato” e que iria desagradar seus clientes é uma visão equivocada. Durante as entrevistas com os monitores, gestor e com o responsável pela operadora de *rafting* pode-se perceber que estes também têm a preocupação em não ser repetitivo, cansativo e consequentemente não se tornar “chato”. A metodologia utilizada pelos monitores e pelos guias

do *rafting* mostrou-se adequada, pois 89,8% dos visitantes das trilhas e 94% dos participantes do *rafting* (Tabelas 5 e 6) disseram que aprenderam algo durante o passeio, sendo que 90% e 93% (Tabelas 7 e 8) respectivamente entenderam que o monitor teve um papel importante neste aprendizado. Durante as observações também foi possível perceber o interesse dos visitantes pelas explicações dos monitores, o deslumbramento e os comentários positivos sobre a paisagem.

Tabela 5: Avaliação sobre o aprendizado durante a visita às trilhas.

Table 5: Evaluation of learning during visiting the trails.

Você avalia que teve algum aprendizado após o passeio?		
sim	141	89,8%
não	12	7,6%
não respondeu	4	2,5%
TOTAL	157	100%

Tabela 6: Avaliação sobre o aprendizado durante o *rafting*.

Table 6: Evaluation of learning during rafting.

Você avalia que teve algum aprendizado após o passeio?		
sim	68	94%
não	4	6%
TOTAL	72	100%

Tabela 7: Importância do monitor no aprendizado durante as trilhas.

Table 7: Importance of the monitor in learning during the trail.

O monitor teve um papel importante nesse aprendizado?		
sim	141	90%
não	13	8%
não respondeu	3	2%
TOTAL	157	100%

Tabela 8: Importância do guia no aprendizado durante o *rafting*.

Table 8: Importance of guide in learning during rafting.

O guia teve um papel importante nesse aprendizado?		
sim	67	93%
não	5	7%
TOTAL	72	100%

Entrevistas

No total foram realizadas dez entrevistas, oito delas com os monitores ambientais do Núcleo, fixos e temporários. Uma entrevista foi realizada com um representante da empresa de *rafting* e a outra com o gestor do Núcleo Santa Virgínia.

Entrevista com os monitores ambientais

Caracterização dos monitores ambientais do Núcleo Santa Virgínia

Todos os monitores ambientais do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia são moradores da região do Núcleo. Eles possuem nível de escolaridade variado, quatro monitores possuíam o ensino médio completo, um estava cursando a graduação, dois eram graduados e um estava cursando a pós-graduação. Todos os cursos de graduação e de pós-graduação são da área ambiental. Dentre os oito monitores entrevistados, três ainda não haviam realizado o curso de monitoria ofertado pelo núcleo, sendo que estes trabalhavam há menos tempo no núcleo. Este curso engloba desde questões de segurança, condução de visitantes, história local, até interpretação ambiental. Os monitores, mesmo não tendo realizado o curso, passavam por um treinamento, acompanhando os mais experientes durante algumas trilhas com os visitantes antes de ser responsável por um grupo.

A Educação Ambiental no ecoturismo segundo os monitores ambientais do Núcleo Santa Virgínia

Segundo alguns dos monitores do Núcleo Santa Virgínia, o ecoturismo pode ser entendido como

“uma forma de envolvimento de comunidade, não só com a unidade de conservação, mas uma ferramenta de sensibilização à preservação, (...) Desenvolvimento regional, também vejo muito com essa parte e ecoturismo quanto política pública”

“Então o ecoturismo envolve geração de renda de forma sustentável e respeitando a cultura local, a história local, principalmente o ambiente local.”

Mostrando assim uma visão tanto de preservação, quanto de desenvolvimento local, tanto social quanto econômico. Os demais monitores entendem o ecoturismo como

“forma de divulgar a natureza, que o pessoal possa utilizar ela de forma correta.”

“uma forma de você interpretar o local, como histórias, economia, cultura de uma certa região. É isso que eu entendo como ecoturismo, ou até interpretação de uma certa forma.”

Indicando uma preocupação maior com a interpretação do ambiente e a passagem de informações. Ambas as visões mostram um lado educativo fazendo parte do ecoturismo. Os monitores ainda mostraram uma preocupação com a satisfação do visitante, e para tanto deve-se

“estar apto para estar passando esses conhecimentos, porque de uma certa forma se uma pessoa tem um certo interesse na questão de conhecer um pouco mais a localidade, então eu acho que nós temos que estar preparado pra passar essas informações.”

“sensibilizar o visitante antes da atividade, pro cara conseguir entrar e contemplar realmente a natureza.”

“a pessoa chegar, ser bem recebido, ser levado pra algum lugar com bastante atrativos, como cachoeiras, conhecer espécie de árvores.”

Em relação à Educação Ambiental, os monitores do Núcleo Santa Virgínia mostraram que entendem tal prática como

“conscientizar o pessoal aí a respeito de preservação, cuidados com a natureza, ajudar de uma certa forma com o plantio. Enfim, como se fosse uma aula pra melhorar a situação aí, aumentar a mata.”

“uma ferramenta para a preservação”

“uma mistura de bom senso com conhecimento e boas práticas.”

“é estar ciente de tudo o que se refere ao meio ambiente, à natureza.”

Sendo que ainda apontaram para o consenso mais formal das aulas de Ecologia ministradas em campo citado por Faria e Garcia (2002), indicando que a Educação Ambiental é

“tentar passar a maior quantidade de informação possível de como as pessoas possam viver junto com a natureza sem destruí-la”

“uma forma de esclarecer os fenômenos da natureza, pedagógico, lúdica, recreativa. É uma forma de interpretação”.

Todos os monitores entrevistados disseram que é realizada Educação Ambiental durante os passeios no Núcleo Santa Virgínia, pois

“até o pessoal sai com outras ideias, vê a mata diferente. Entram de um jeito e saem de outro.”

“a gente foi contratado com essa finalidade, de tentar passar um pouco dessa questão ambiental ao visitante”

“de uma forma as vezes mais intensa, de uma forma menos intensa, (...) até porque toda visita dele é monitorada, então o monitor, já desde o começo, ele tenta sensibilizar o visitante pro lugar que ele está visitando.”

Ao serem questionados sobre como realizam a Educação Ambiental com os visitantes, os monitores mostraram uma visão mais abrangente, complementando as descrições sobre o tema que deram anteriormente. Neste caso os monitores apontaram que

“a trilha é interpretativa, sendo interpretativa então aí é a nossa forma de mostrar não só a paisagem, mas de fazer entender aquela paisagem e a importância da paisagem e as funções em que pode ter, não só pro indivíduo, mas globalmente.”

“a gente dá um briefing do parque, que envolve assim, desde a parte o que é o Santa Virgínia, o que é o Parque Estadual da Serra do Mar, parte de segurança na trilha, o que ele vai poder fazer na trilha. (...) Só que por exemplo, tem a parte vivencial também, que a gente não fala muito, as vezes ele nem quer ficar ouvindo muito da vegetação, da fauna, mas ele vai pra cachoeira, você deixa o cara sozinho lá, você fica de longe, deixa o cara curtindo, a natureza, tal, aquilo lá as vezes vale muito mais pra ele do que uma palestra sobre o rio Paraibuna, por exemplo.”

“É feito com paradas nas trilhas, como forma até de proporcionar algum descanso para o visitante, então a gente já auxilia com a questão da interpretação do lugar, pra eles poderem assim, ter o contato com a natureza, ou seja, ouvir, porque é sempre eu bato numa tecla com o pessoal, vocês vêm de cidade, então tá ali, barulho, correria do dia a dia, as vezes o cara não tem tempo nem pra parar e respirar. Então eu tento proporcionar isso pro visitante né. O silêncio da natureza, vamos dizer assim, ela fala por si, (...). Então eu tento trabalhar essa parte aqui. Uma forma de ele sentir mesmo o contato com a natureza, né, e interpretar mesmo a questão da importância do Parque.”

Os monitores ainda mostraram uma preocupação em deixar a Educação Ambiental mais atrativa, como pode ser notado nas falas a seguir:

“Identificar esse grupo primeiramente, quais as necessidades que a gente pode tá vendo nesse grupo, os seus interesses e a partir disso a gente montar uma estratégia aonde seja eficiente essa abordagem de Educação Ambiental. Não apenas aquela coisa de fazer uma avalanche de informação, mas de repente pode ser mínima, mas ser eficaz.”

“No começo assim a gente observa muito, pra ver qual é o intuito do grupo. (...) falei da importância né, daquele ambiente, dando importância daquilo que eles estavam vivenciando.”

Pensando nas ações que poderiam ser feitas para melhorar a Educação Ambiental realizada nos passeios, os monitores citaram

“que seria ideal se os monitores tivessem mais informações, se fossem mais capacitados nessa área.”

Em relação à o que os visitantes buscam, os entrevistados entendem que

“A maioria vem atrás do atrativo. (...) a gente já aproveita, já estamos aqui mesmo, vamos conversar um pouquinho. (Eles vem atrás do atrativo) e saem satisfeitos, pela informação que a gente passa.”

“, se tivesse em uma unidade urbana, então uma proximidade muito fácil e ampla a gente teria talvez um público mais diversificado. Então pelo deslocamento e pela proximidade com o litoral, quem vem aqui já vem com um objetivo, então isso já facilita muito.”

“Eu acho que tem dois públicos, o que vem só pra passear, só andar na trilha e o segundo público que vem pra conhecer o meio ambiente, que gosta de natureza, que quer conhecer, saber como é que funciona.”

Ao analisarem a influência das trilhas sobre o comportamento dos visitantes, os monitores indicaram que essa influência existe

“Por exemplo, a trilha da Pirapitinga é a ideal pra fazer o trabalho de sensibilização. A gente usa essas trilhas até conforme o cliente. O pessoal vem e durante até o próprio agendamento “olha, eu to querendo fazer uma caminhada, curto andar”, a gente vai pra uma trilha maior, onde fala menos e anda mais. Então com certeza a trilha influencia, mas, na minha opinião, a Educação Ambiental, a sensibilização ela tá mais relacionada com a forma com que você conduz o grupo do que com o ambiente que você tá visitando, mas (...)a trilha ajuda, sim, sem dúvida.”

Entrevista com o responsável pela operadora de rafting

Segundo o entrevistado, para operar no Núcleo Santa Virgínia, os guias de *rafting* passam por um curso de monitoria ambiental onde é abordado

“Geografia, parte de mapa, cartografia geral, tem a parte de geomorfologia. A parte de fauna, flora. (...) falam sobre o plano de manejo, falam sobre o Parque, o porquê da criação do parque e depois a gente faz uma descida de campo, uma descida de rio no qual eles fazem um pequeno workshop do que a gente deveria falar, pegando o que a gente aprendeu e o que seria mais interessante falar. Porque existem alguns pontos de interpretação do rio que são bacanas né. Alguns tipos de espécies, principalmente palmito juçara, a embaúba. Fala sobre a faixa de sucessão florestal.”

A Educação Ambiental no ecoturismo segundo a operadora de rafting

De acordo com o entrevistado o ecoturismo seria definido como

“uma atividade que as pessoas têm a chance de entrar em contato com a natureza num momento de lazer. Turismo é lazer e o ecoturismo dá a oportunidade da pessoa estar em contato com o lazer dela, mas em áreas naturais mais preservadas, ou não né, as vezes você pode estar em processo de regeneração ou você leva a pessoa pra fazer ecoturismo inclusive em área que está detonada, que você vai mostrar pra ela aspectos do que está acontecendo e que você pode mudar a opinião local, a opinião dela pra que isso aí possa ser feito. (...) as pessoas, por exemplo, quando elas viajam de carro, elas estão fazendo ecoturismo. Se eu estou cruzando uma rodovia que está cruzando o Parque Estadual da Serra do Mar, eu estou fazendo ecoturismo. (...) Está dentro do Parque, dentro do carro, dirigindo e olhando aquilo, é ecoturismo. Pode não estar fazendo turismo de aventura né, mas está fazendo ecoturismo. Está tendo impacto, tudo mais, mas qual é a impressão que ele tem de tudo isso? Beleza cênica, mas que conhecimento que ele tem disso? Quais as informações extras que ele tem a respeito disso?”

Ao se referir à Educação Ambiental, o entrevistado apontou que

“A gente confunde educação com escola né. Educação vem de casa, na escola a gente forma, forma num formato pra entregar pra fábrica, pro mercado, né.”

Sendo que ao ser questionado sobre a prática educativa durante a atividade de *rafting* foi apontado que

“é muita pretensão da gente dizer que vai fazer Educação Ambiental numa descida de rafting. A gente vai fazer uma orientação ambiental, o que pode no futuro se tornar um processo educativo. Nós não somos educadores né.”

Ainda indicando que nem todos os guias teriam a sensibilidade para adotar esta postura educativa durante a descida, pois segundo o entrevistado

“Durante a descida, todos eles falam de aspectos, cada um de sua maneira, tem gente que fala sobre determinado trecho do rio, tem gente que fala sobre outros determinados trechos do rio, tem gente que associa essas coisas do rio com coisas externas, a outras áreas, a algo que está acontecendo, já ouvi gente falando de Belo Monte lá (...). A Educação Ambiental ela não começa num curso de monitoria ambiental. A Educação Ambiental está no processo de casa de convívio do dia a dia.”

“Eu acho que dentro desse processo da descida o negócio não pode ser chato, maçante, tem que ser natural, uma das coisas que eu acho que precisa para os condutores de rafting não é informação, porque você dar um curso, jogar informação para o cara, o cara fica um recipiente de informação, o que eu acho que precisa é de didática, o cara precisa repassar isso.”

O entrevistado fez uma avaliação sobre os pontos positivos e negativos da Educação Ambiental realizada durante a atividade do rafting, analisando que

“Quando você fala que é a maior biodiversidade do mundo, que 50% das aves que vocês estão vendo são endêmicas, o cara fica “Oh, será?”. Então do ponto de vista de você passar informações básicas relacionadas à mata atlântica, (...) isso é positivo. Do lado negativo, eu gostaria que meus condutores tivessem um pouco mais de conhecimento. Que eles melhorassem esse processo.”

Sobre o comportamento dos participantes do rafting durante a atividade, o entrevistado apontou que nos trechos de calmaria, os visitantes param para observar a natureza, porém no início a preocupação é outra,

“porque no começo a gente tem que passar a parte de segurança. Tem muita gente vindo fazer pela primeira vez para a atividade, ou já fez uma vez, mas tem aquela ansiedade do que vai acontecer, então está todo mundo ainda preso esperando você passar a informação.”

O entrevistado ainda ressaltou que a operadora de rafting tem a preocupação em falar sobre o ambiente em que a atividade ocorre, pois

“Aquele produto é único, então aquilo ali é um produto chamado rafting nNúcleo Santa Virgínia. Então é um produto fantástico. Eu não quero vender rafting, eu quero vender uma expedição na Mata Atlântica. O rafting é a ferramenta. Então sim, tem essa preocupação, que a pessoa saia dali com a melhor impressão. Eu quero que a pessoa saia dali e fale eu fui num lugar fantástico. (...) A maioria das pessoas tem essa reação. Antes da descida já fala que lugar lindo.”

Entrevista com o gestor do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia

Em relação ao processo de elaboração do plano de Educação Ambiental voltado à visitação o gestor do Núcleo Santa Virgínia afirmou que

“Quando a gente começou a pensar na visitação pública e quando a gente abriu a primeira trilha, que foi a trilha da Pirapitinga em 1992, o objetivo era receber principalmente escolas”.

Para desenvolver a Educação Ambiental no núcleo, utilizou-se como base

“O programa de visitação das escolas e a resolução 32, que é a resolução que disciplina a Educação Ambiental na Secretaria do Meio Ambiente (do Estado de São Paulo).”

Com a intenção de atender os turistas visitantes do Núcleo Santa Virgínia houve uma mudança no foco dos aspectos considerados mais importantes a serem abordados, pois,

“Quando a gente saiu um pouco da esfera educacional (...) a gente teve que mudar um pouquinho o nosso repertório. Até porque, para que não se tornasse pra essa pessoa uma coisa um pouco chata. (...) ele é conduzido por um monitor, que ao longo da trilha, estabelece um roteiro, ou através de pontos que a gente já conversou entre os monitores, ele para naquele ponto e faz uma descrição daquele ambiente, ou daquela paisagem. Para o visitante da trilha, você enfoca esses atributos, não tão didaticamente, focando a educação, você trabalha mais os atributos naturais. Ai você fala um pouco da cultura local, você fala um pouco da comunidade do entorno, você fala um pouco do histórico da criação do núcleo, dos problemas de proteção que a gente tem, a fauna, da extração de madeira que houve no passado.”

Para a criação do curso de monitoria ofertado pelo Núcleo Santa Virgínia,

“a gente pegou a resolução (32) que delinea o que o monitor tem que fazer quando ele presta o serviço. Então o treinamento no parque, a gente tenta pinçar algumas coisas desta resolução e a gente insere os atributos locais. Além disso, ele tem que fazer um estágio em cada trilha.”

O comportamento do monitor em relação ao visitante, se preocupando em não ficar cansativo, ou incomodar durante o passeio acaba vindo com

“a própria experiência deste monitor no processo, o primeiro contato com o grupo, quando ele se apresenta, quando ele faz o briefing da unidade de conservação antes de sair pra trilha, ele já percebe se aquele grupo está receptivo (...). Se ele sente que aquele grupo não está aberto para aquelas orientações, ele não força a barra. (...) Ou seja, fazer com que aquele visitante tenha prazer em visitar a unidade de conservação.”

A parte de sensibilização, como a atividade de escutar os sons da mata, ou deixar os visitantes terem o primeiro contato com a cachoeira sem falar nada,

“foi passado e também foi aprendizado de outros cursos. (...) esse monitor, ele não pode ser uma pessoa que vá ser um transtorno ao longo do passeio (...).Ai ele usa esse atributo para tentar passar ao grupo aquele conhecimento solicitado de uma forma que não seja tão pesada, que não incomode. Ou seja, a presença do monitor, ela tem que ser sutil.”

Sobre os objetivos da Educação Ambiental durante o passeio, o entrevistado afirmou que

“quando a gente começou em 1992, o objetivo principal era diminuir os impactos da pressão social pra dentro da unidade de conservação, com relação a extração ilegal de palmito, a caça, a pesca, o desmatamento, queimada. Hoje o nosso enfoque do monitoramento é você fazer aquele visitante, (...) que ele perceba a relação dele com a floresta e da floresta para com ele.”

Ainda se referindo aos objetivos e enfoque da Educação Ambiental, o gestor reforçou que é importante perceber

“qual é a relação daquele ambiente com aquele turista do ponto de vista daquele momento. (...) você ter o talento, a possibilidade de fazer com que ele perceba essas relações; dele, naquele momento com a floresta e todos os elementos que estão ali, que se ele se deixar levar, ele vai perceber. Por exemplo, uma ave vocalizando, um animal silvestre, o silêncio, a possibilidade de você ver o peixe no rio, de você poder abraçar uma árvore, de você sentir essas vibrações da natureza.”

Análise documental

Está claro que existe um esforço para se realizar Educação Ambiental no ecoturismo do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia. Portanto é preciso analisar se tal prática está dentro dos princípios e diretrizes de documentos importantes na área e que dão os caminhos para a prática da Educação Ambiental em toda a sua abrangência.

Além dos princípios e diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (BRASIL, 2005) e da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – ENCEA (BRASIL, 2010a), também foi analisada a Resolução SMA/SP-32, de 31 de março de 1998 (SÃO PAULO, 1998b), a qual é usada como base para a capacitação dos monitores do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia. A partir destes documentos buscou-se os princípios, diretrizes e práticas às quais se adequam à atividade ecoturística.

Resolução SMA/SP-32, de 31-3-98

Artigo 7º - A formação dos monitores deverá atender aos requisitos do Anexo 2 desta Resolução, que estabelece a grade curricular mínima obrigatória.

É possível perceber que no anexo 2 da resolução SMA/SP-32, de 31 de março de 1998, o qual trata da grade curricular mínima do curso de monitor ambiental, existe uma grande preocupação com o conteúdo biológico, ecológico, geológico, histórico, ao mesmo tempo em que há módulos exclusivos para tratar da conservação local, Educação Ambiental, interpretação ambiental, filosofia e princípios do ecoturismo e relações interpessoais. Ainda, de acordo com a resolução a cima citada, a visitação em áreas protegidas deve sensibilizar para a importância destes ambientes e para o aumento das posturas sociais e educativas (SÃO PAULO, 1998b). As disciplinas e os preceitos apontados pela Resolução SMA/SP-32, de 31 de março de 1998 têm como princípio utilizar os recursos das áreas especialmente protegidas de forma a realizar uma Educação Ambiental abrangente e não somente uma aula de Ecologia no campo.

Analisando as entrevistas é possível perceber que existe uma preocupação por parte dos monitores de passar informações sobre a fauna, flora e a história local, sensibilizar o visitante sobre a conservação ambiental, bem como relacionar o ambiente visitado com a realidade vivida pelo visitante em sua cidade de origem. Durante as observações em campo notou-se um foco maior na passagem de conhecimentos, principalmente por parte dos monitores do núcleo, utilizando os recursos encontrados no caminho como forma de despertar a curiosidade dos visitantes e dar explicações sobre o ambiente local. A metodologia observada em campo está de acordo com o Programa de Uso Público do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia, aonde é apontado que os principais objetivos são:

utilizar algumas áreas do núcleo para reconhecimento das características locais; divulgar informações sobre a biodiversidade e orientações para a conservação dos recursos naturais, através de palestras e monitoramento das atividades de ecoturismo (SÃO PAULO, 1998a, p. 94).

Os objetivos apontados pelo Programa de Uso Público do Núcleo Santa Virgínia e as observações de campo podem levar a um entendimento de que na prática, a Educação Ambiental do local está enfatizando o aspecto ambiental em detrimento do educacional. Entretanto, como ressalta Costa e Costa (2005), para a realização da Educação Ambiental no ecoturismo, o visitante da área deve ter um mínimo de conhecimento sobre as características geoambientais do local. As informações passadas durante o trajeto são a base para a interpretação do ambiente (SALVATI, 2003). Porém é importante ressaltar que as atividades de interpretação nas trilhas não devem ser realizadas de modo compartimentado e que os aspectos biológicos, ecológicos, geológicos e ambientais devem ser extrapolados para discussões sociais, culturais e econômicas (SÃO PAULO, 2008). Tais

extrapolações foram notadas durante as observações de campo, sendo que estas conversas ocorriam quando havia interesse dos visitantes.

Ao comparar os resultados desta pesquisa com os princípios e diretrizes destacados do ProNEA e do ENCEA por se adequarem à atividade ecoturística, nota-se que tais parâmetros estão contemplados na Educação Ambiental do Núcleo Santa Virgínia, apesar de a atividade se aproximar mais das questões ambientais locais. Ainda que a Educação Ambiental nos passeios de ecoturismo do local tenha uma ligação mais próxima com o ambiente regional, é possível perceber que tal abordagem pode levar a questionamentos que englobem os princípios e diretrizes que não tenham sido abordados em um primeiro momento. Tal ligação fica mais clara quando se entende que o comportamento e a visão de mundo são formados pela percepção, sendo que as percepções surgem como emoções e sentimentos que depois se transformam em pensamentos, que por fim são formalizados como conceitos (MENDONÇA, 2005). Durante as observações foi possível presenciar diversos comentários e reações dos ecoturistas demonstrando emoções positivas em relação ao ambiente visitado.

Percebe-se que a paisagem é um ambiente potencial e efetivo no processo ensino-aprendizagem, promovendo sensibilizações e novas experiências, levando a condutas pró-ambientais (GUIMARÃES, 2009). As experiências nas quais todos os sentidos são utilizados, criando uma afinidade emocional com o ambiente da atividade, podem ser mais eficientes para a mudança de atitude dos participantes (KALS; SCHUMACHER; MONTADA, 1999). O prazer e a sensação de integração com o ambiente natural, desencadeados pelos mecanismos de percepção, levam a conscientização sobre a necessidade da preservação ambiental e ajudam a consolidar os comportamentos para tal conservação (BARROS; DINES, 2000). Durante as observações foi possível perceber os visitantes comentando sobre os sons dos pássaros e outros animais, além de atividades conduzidas pelos monitores, como tocar em algumas folhas ou cheirar um fruto ou a casca de uma árvore, havendo assim o estímulo dos sentidos além da visão. Durante a descida do *rafting*, nos trechos de calmaria também foi possível perceber os participantes comentando sobre alguns sons do ambiente, sobre mudanças no clima ou a temperatura da água.

Portanto a natureza pode possibilitar enriquecimento das habilidades sensíveis e emocionais, proporcionando sensação de pertencimento a algo grande e coletivo, o que requer senso de responsabilidade e afetividade com o todo (MACHADO, 2006). Entretanto, é necessário ressaltar que a educação, ou sensibilização meramente sensorial pode levar a uma percepção individual do ambiente, omitindo as relações sociais implícitas e os aspectos conhecidos da localidade (RAMOS; OLIVEIRA, 2008). Não é o simples contato com a natureza que trará um novo olhar e a afinidade com o meio. Tampouco a mera transmissão de informações sobre os aspectos biológicos oferece a oportunidade de reflexão sobre a postura de cada indivíduo em relação ao ambiente (NEIMAN, 2009).

Neste ponto fica clara a importância do monitor no papel da Educação Ambiental realizada nos passeios de ecoturismo. O monitor, além de passar as informações sobre o ambiente e ser responsável pelas atividades de sensibilização, ele é o líder do grupo durante a visita, tendo o papel de anfitrião, sendo o elo entre o visitante e o local visitado (PEREIRA, 2004). Romagnoli (2010), ao analisar a interpretação ambiental de turistas que entravam em contato com o boto-vermelho, *Inia geoffrensis*, na Amazônia, percebeu que os visitantes acompanhados de guias tiveram a sensação de se envolver mais com a atividade, com o local e com os animais, enquanto os visitantes desacompanhados de guias tiveram mais sensações negativas, como medo e insegurança. A autora ainda discute que as sensações positivas se deram devido à presença do guia que deixou o grupo mais confortável e confiante.

Os princípios e diretrizes do ProNEA e do ENCEA, mesmo que selecionados por se adequarem ao ecoturismo, ainda assim, são muito abrangentes, podendo a Educação Ambiental das atividades realizadas na região estar se relacionando com cada um dos itens apontados. Tal relação fica mais nítida ao se somar o potencial intrínseco dos ambientes naturais para sensibilização e mudança de percepção do visitante com a análise das observações de campo, os questionários e as entrevistas semiestruturadas, as quais levaram ao entendimento de que no Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Santa Virgínia há uma preocupação dos monitores e da gestão da unidade em trazer conteúdo, sensibilização e uma abordagem positiva para as atividades de ecoturismo do local, como pode ser notado nas falas do gestor e dos monitores da Unidade:

“(...)ele é conduzido por um monitor, que ao longo da trilha, estabelece um roteiro, ou através de pontos que a gente já conversou entre os monitores, ele para naquele ponto e faz uma descrição daquele ambiente, ou daquela paisagem. Para o visitante da trilha, você enfoca esses atributos, não tão didaticamente, focando a educação, você trabalha mais os atributos naturais. Ai você fala um pouco da cultura local, você fala um pouco da comunidade do entorno, você fala um pouco do histórico da criação do núcleo, dos problemas de proteção que a gente tem, a fauna, da extração de madeira que houve no passado, que deixou aquela trilha com aquelas características ambientais (...).”

“(...) então a gente já auxilia com a questão da interpretação do lugar, pra eles poderem assim, ter o contato com a natureza, ou seja, ouvir, porque é sempre eu bato numa tecla com o pessoal, vocês vêm de cidade, então tá ali, barulho, correria do dia a dia, as vezes o cara não tem tempo nem pra parar e respirar. Então eu tento proporcionar isso pro visitante né. O silêncio da natureza, vamos dizer assim, ela fala por si, (...). Então eu tento trabalhar essa parte aqui. Uma forma de ele sentir mesmo o contato com a natureza, né, e interpretar mesmo a questão da importância do parque.”

Qual Educação Ambiental?

Analisando as respostas dadas pelos entrevistados e as observações de campo, é possível perceber uma maior aproximação dos conceitos aplicados no Núcleo Santa Virgínia com a *ecopedagogia*, a qual segundo Moacir Gadotti, Maria Rita Avanzi e Aloísio Ruscheinsky, busca a relação saudável e equilibrada entre o contexto, o outro e o meio ambiente, olhando para a Terra como um ser vivo e entendendo as inter-relações entre os ecossistemas e as relações destes com o ser humano (BRASIL, 2004). Ainda nota-se uma breve aproximação com a *alfabetização ecológica*, a qual, segundo Déborah Munhoz, se baseando nos ideais de Capra, traz a relação de interdependência entre a vida humana e não humana como princípio (BRASIL, 2004). No momento em que o visitante vivencia e se sente fazendo parte do ambiente, ele muda sua relação com os outros e consigo mesmo (MENDONÇA, 2005), sendo que a base da *alfabetização ecológica* é justamente esta busca entre os ambientes internos de cada indivíduo com o ambiente externo.

A relação das atividades realizadas no parque com as vertentes apontadas acima fica bem evidente nos trechos das entrevistas destacadas a seguir:

“Eu não quero vender rafting, eu quero vender uma expedição na Mata Atlântica. O rafting é a ferramenta. Então sim, tem essa preocupação, que a pessoa saia dali com a melhor impressão. Eu quero que a pessoa saia dali e fale eu fui num lugar fantástico. (...) A maioria das pessoas tem essa reação. Antes da descida já fala que lugar lindo.”

“tem a parte vivencial também, que a gente não fala muito, as vezes ele nem quer ficar ouvindo muito da vegetação, da fauna, mas ele vai pra cachoeira, você deixa o cara sozinho lá, você fica de longe, deixa o cara curtindo, a natureza, tal, aquilo lá as vezes vale muito mais pra ele do que uma palestra sobre o Rio Paraibuna, por exemplo.”

“a possibilidade de fazer com que ele perceba essas relações; dele, naquele momento com a floresta e todos os elementos que estão ali, que se ele se deixar levar, ele vai perceber. Por exemplo, uma ave vocalizando, um animal silvestre, o silêncio, a possibilidade de você ver o peixe no rio, de você poder abraçar uma árvore, de você sentir essas vibrações da natureza.”

“(...) na questão do palmito juçara (...) a ênfase maior é pela conservação e pela possibilidade daquele visitante ter conhecimento do que aquela espécie pode trazer pra ele de benefício direto.”

Apesar da correlação das atividades realizadas no núcleo Santa Virgínia com as vertentes da Educação Ambiental e do potencial transformador que tais atividades apresentam, pode-se notar uma dificuldade dos monitores em definir o que eles entendiam por Educação Ambiental, como pode ser visto nas falas abaixo:

“conscientizar o pessoal aí a respeito de preservação, cuidados com a natureza, ajudar de uma certa forma com o plantio. Enfim, como se fosse uma aula pra melhorar a situação aí, aumentar a mata.”

“uma ferramenta para a preservação”

Tal dificuldade pode indicar uma falta de discussão específica sobre o tema durante a capacitação dos monitores. Ainda que na prática ações positivas de Educação Ambiental estejam sendo realizadas durante as visitas ao Núcleo Santa Virgínia, os monitores podem não estar percebendo o potencial das atividades realizadas, sendo reduzida a capacidade de promover a transformação social, correndo-se o risco de permanecer na posição conservadora de meros transmissores de conhecimentos e valores (BERTOLUCCI *et al.*, 2005).

As consequências acima apontadas poderiam estar representadas nas afirmações dos visitantes sobre o que eles aprenderam e em como o percurso realizado contribuiu para tal aprendizado. Nota-se que 35,9% das respostas dos visitantes das trilhas sobre o que eles aprenderam durante o passeio apontam para alguma especificidade da fauna ou da flora, como o nome de alguma espécie, ou o motivo da coloração de alguma flor. Ainda, com 47,4% das respostas, estes visitantes entenderam que o ambiente contribuiu para o aprendizado, pois devido à biodiversidade da mata, havia muitos exemplos dos apontamentos do monitor. Já entre os participantes do *rafting*, 18% das respostas apontaram que o principal aprendizado foi sobre a preservação ambiental e com 21,4% das respostas para cada categoria, os dois principais motivos que contribuíram com o aprendizado foram a beleza das paisagens dada pelo ótimo estado de conservação da mata e os exemplos que o ambiente proporciona às explicações do guia.

A diferença do entendimento sobre o aprendizado do visitante durante o passeio poderia ser explicada pelo motivo de o foco principal dos guias de *rafting* ser a segurança e a condução do bote, enquanto o foco dos monitores das trilhas é a segurança e a interpretação da trilha. Logo, os visitantes das trilhas receberam mais informação sobre a fauna e a flora, sendo que a interpretação estaria direcionada a tais informações, enquanto os participantes do *rafting* ficaram mais livres para observar o ambiente, entrar em contato com a natureza e se beneficiar de potencial que o esporte de aventura traz para a repercussão das emoções que levam a harmonização do homem com a natureza (BRUHNS, 1997). Como os participantes do *rafting* foram menos expostos a tais tipos de conteúdos durante a atividade, ao tentar responder às perguntas acima mencionadas, a maioria buscou outras formas de aprendizado, os quais não teriam sido considerados se eles tivessem algum nome, ou informação sobre a fauna e a flora para comentar.

Ainda é importante ressaltar que durante as visitas às áreas naturais, o guia tem o papel de educador (PEREIRA, 2004) e como tal, existe a necessidade destes serem capacitados para entenderem o papel da Educação Ambiental e seu potencial transformador (BERTOLUCCI *et al.*, 2005). Um passo importante a ser tomado com o objetivo de aprimorar a

capacitação dos monitores, bem como o processo de Educação Ambiental no ecoturismo do Núcleo Santa Virgínia seria a discussão do processo educativo dentro da *ecopedagogia* e da *alfabetização ecológica*, sendo necessário perceber se este é o caminho que se deseja seguir e a partir desta definição, entender como as atividades nas trilhas e no *rafting* podem contribuir e atuar nas vertentes destacadas.

Referências

- BARÃO, A.; TEMPORÃO, M.; DAVID, P. **Metodologia da investigação**. Lisboa: Faculdade de Ciências da Faculdade de Lisboa, Departamento de Educação, 2004/2005. 15 p.
- BARROS, M.I.A.; DINES, M. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras**. São Paulo: Chronos, 2000. p. 38–66.
- BARROS, M.I.A.; MAGRO, T.C. Understanding use and users at Itatiaia National Park, Brazil. In: BUCKLEY, R. (Ed.). **Environmental impacts of ecotourism**. Wallingford: CAB International, 2004. p. 361-376.
- BERTOLUCCI, D.; MACHADO, J.; SANTANA, L.C. Educação Ambiental ou educações ambientais?: as adjetivações da Educação Ambiental brasileira. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 15, jul./dez. 2005. Disponível em <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol15/art04.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2012.
- BLAMEY, R.K. Principles of ecotourism. In: WEAVER, D.B. (Ed.). **The encyclopedia of ecotourism**. Wallingford: CAB International, 2001. p. 5-22.
- BRASIL. **Agenda 21 global**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 26 dez. 2012.
- BRASIL. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília, 2008b. 60 p.
- BRASIL. Departamento de Educação Ambiental. **Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no Âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (ENCEA)**. Brasília, 2010a. 14 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da Educação Ambiental brasileira**. Brasília, 2004. 156 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA**. 3. ed. Brasília, 2005. 102 p.
- BRASIL. Secretaria da Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil: 1997-2007**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008a. 290 p.

BRUHNS, H.T. Lazer e meio ambiente: corpos buscando o verde e aventura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas v. 18, n. 2, p. 86–91, nov. 1997.

FARIA, M.O.; GARCIA, E.B. Um sonho e trabalho para a construção de outro futuro. In: NEIMAN, Z. (Org.). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002. cap. 6, p. 109–132.

FIGURELLI, A.H.; PORTO, I. A relação entre turismo e Educação Ambiental e suas contribuições na luta por um mundo mais justo e preservado. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 20, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol20/art28v20.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GUIMARÃES, S.T.L. Percepção ambiental: paisagens e valores. **Revista OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 9, n. 2, p. 275–301, jan./jul. 2009. Disponível em <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/olam/index>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

HINTZE, H.C. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de Educação Ambiental ou espetáculo? 2008. 137 p. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

HUNTINGTON, H.P. Using traditional ecological knowledge in science: methods and applications. **Ecological Applications**, v. 10, n. 5, p. 1270–1274, Oct. 2000. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/2641282>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

KALS, E.; SCHUMACHER, D.; MONTADA, L. Emotional affinity toward nature as a motivational basis to protect nature. **Environment and Behavior**, Tucson, v. 31, p.178-202, 1999.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MACHADO, F.H. Mundo emocionado e as atividades físicas de aventura na natureza. In: SCHWARTZ, G.M. (Org.). **Aventuras na natureza: consolidando significados**. Jundiaí: Fontoura, 2006. cap. 6, p. 103–112.

MENDONÇA, R. **Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade**. São Paulo: SENAC, 2005. 255 p.

MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-29.

NEIMAN, Z. O contato intensivo com o ambiente natural do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar, sp) como gerador de novas percepções. **Revista OLAM – Ciência & Tecnologia**- Rio Claro, v. 9, n. 2, p. 64–103, jan./jul. 2009.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. O cerrado como instrumento para a Educação Ambiental em atividades de ecoturismo. *In*: NEIMAN, Z. (Org.). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002. cap. 7, p. 135–157.

PEREIRA, E.M. Interpretação: valor adicional no turismo sustentável. *In*: NELSON, S.P.; PEREIRA, E.M. (Org.). **Ecoturismo (práticas para um turismo sustentável)**. Manaus: Valer, 2004. p. 139-178.

PEREIRA, A.P.; BATISTA, G.T.; ROBIM, M.J. **Georreferenciamento do percurso de rafting no rio Paraibuna, no Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia, SP**. Taubaté: UNITAU, 2011. 17 p.

RAMOS, L.M.J.; OLIVEIRA, S.F. Educação Ambiental para o ecoturismo nas unidades de conservação: um nexos ontológico. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 20, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol20/art8v20.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2009.

ROMAGNOLY, F.R. Interpretação ambiental e envolvimento comunitário: ecoturismo como ferramenta para a conservação do boto-vermelho, *Inia geoffrensis*. 2009. 133 p. **Dissertação** (Mestrado em Biologia de Água Doce e Pesca Interior) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2009.

SALVATI, S.S. Interpretação ambiental. *In*: MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF, 2003. p. 261-294.

SÃO PAULO. **Portaria normativa FF nº 150/2010 de 15/12/2010**. Dispõe sobre a atividade de *rafting* nas Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal. São Paulo. SP, 15 de dezembro de 2010. Disponível em <<http://www.fflorestal.sp.gov.br/media/uploads/portarias/portariaanormativaafana1502010aaraftingaemaucs.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

SÃO PAULO. Instituto Florestal. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar**. São Paulo, 2006. 441 p.

SÃO PAULO. **Planos de manejo das unidades de conservação: Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia – Plano de Gestão Ambiental – fase 1**. São Paulo, 1998a. 128 p.

SÃO PAULO. Resolução nº 32, de 19 de dezembro de 1998. Regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e Educação Ambiental nas unidades de conservação do Estado. **Diário Oficial**, São Paulo, 31 mar. 1998b. Disponível em: <http://www.feriasvivas.org.br/v5/download/resolucao_sma.doc>. Acesso em: 27 nov. 2012

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Gestão de unidades de conservação e Educação Ambiental**. São Paulo, 2008. 116 p.

SCHWARTZ, G.M. A aventura no âmbito do lazer: as AFAN em foco. *In*: SCHWARTZ, G.M. (Org.). **Aventuras na natureza**: consolidando significados. Jundiaí: Fontoura, 2006. cap. 1, p. 23–34.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

Nota:

¹A Agenda 21 é um programa de ação assinado por 179 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, mais conhecida como “Rio 92”. A Agenda 21 foi criada com o objetivo de ser um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis (BRASIL).

Renato Bacchi: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil.

E-mail: renatobacchi@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7964505026834762>

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil.

E-mail: odaleiaq@terra.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6995118783898309>

Zysman Neiman: Universidade Federal de São Paulo, Diadema, SP, Brasil.

E-mail: zneiman@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6435341856481082>

Data de submissão: 03 de fevereiro de 2017

Data de recebimento de correções: 27 de maio de 2017

Data do aceite: 27 de maio de 2017

Avaliado anonimamente